

Tubarões e peixinhos: histórias de jovens protagonistas^I

Livia De Tommasi^{II}

Resumo

O artigo apresenta as trajetórias de três jovens moradores de uma pequena cidade do interior do Nordeste, analisando seu trânsito para os projetos sociais da região, os conflitos que vivenciaram na relação com as organizações e com os gestores dos programas, bem como seu engajamento político e social. Os depoimentos dos jovens têm sido coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, no âmbito de uma pesquisa sobre trajetórias de jovens envolvidos em programas sociais. A partir de suas trajetórias de vida, antes, durante e depois de seu ingresso nos programas, procuramos compreender os sentidos e as consequências desse envolvimento para além do que geralmente é apontado pela literatura com respeito à abertura de oportunidades de inserção social. Em particular, interrogamos sobre a natureza dos conflitos vivenciados e suas implicações políticas. A história deles é exemplar da forma como projetos sociais voltados ao público jovem atuam, tanto pela relação que se estabelece entre os jovens *público-alvo* e os promotores das iniciativas, quanto pela forma como os projetos se desenvolvem e seus *princípios* e *objetivos* (o *protagonismo*, o *empoderamento*, a *responsabilidade social*) são concretizados. Do ponto de vista da mobilidade social, as trajetórias desses jovens podem ser consideradas bem-sucedidas; no entanto, seus sonhos de autonomia e organização coletiva ficaram frustrados. O lugar social que eles ocupam é, ainda, um lugar subalterno. Suas histórias são paradigmáticas de como, no âmbito da racionalidade neoliberal, a subjetividade se torna objeto, alvo e recurso de estratégias de regulação e as condutas são geridas não contra, mas sim *através* da liberdade individual.

Palavras-chave

Juventude – Projetos sociais – Empreendedorismo.

I- Este texto é fruto dos resultados da pesquisa *Juventude em pauta: a juventude como campo de intervenção social*, financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro (FAPERJ).

II- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
Contato: livia.detommasi@gmail.com

Sharks and minnows: stories of young protagonists^I

Livia De Tommasi^{II}

Abstract

This article analyzes the trajectories of three young residents of a small town in the Northeast, their transit to the social projects in the region, the conflicts they experienced in the relation with the organizations and program managers, their political and social engagement. Reports of the youths have been collected by means of semi-structured interviews as part of research on the trajectories of young people involved in social programs. Analyzing their life trajectories before, during and after their entry into the programs, we have sought to understand the meanings and consequences of such involvement, beyond what is usually pointed out in the literature with respect to opening up opportunities for social integration. In particular, we have questioned the nature of the conflicts experienced and their political implications. Their history is exemplary of how social projects for young people act, both because of the relation established between the “targeted” young people and the promoters of the initiatives, and because of how projects work and how their principles and goals (protagonism, empowerment, social responsibility) are achieved. From the point of view of social mobility, the trajectories of these young people can be considered successful. However, their dreams of autonomy and collective organization have been frustrated. The social space they occupy is still a subaltern place. Their histories are paradigmatic of how, in the context of neoliberal rationality, subjectivity becomes the object, target and resource of regulation strategies and of how behaviors are managed not against but through individual freedom.

Keywords

Youth – Social projects – Entrepreneurship.

I–*This text is a result of the research titled Youth on the agenda: the youth as a field of social intervention funded by Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro (FAPERJ – Rio de Janeiro Research Foundation).*

II–*Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
Contact: livia.detommasi@gmail.com.*

Introdução: a juventude como campo de intervenção

O título deste artigo faz referência a um projeto social que utilizava a seguinte terminologia: jovens peixinhos deviam acompanhar o trabalho de experientes *tubarões*¹ para aprender com eles. Ou seja, em suas intenções, era um projeto de *formação*. O cenário é uma região do Nordeste com grande potencial econômico. Os protagonistas, além de alguns jovens moradores do local, são uma empresa de ponta, organizações políticas reconhecidas e legitimadas nacionalmente, profissionais bem-sucedidos da área social, projetos considerados exemplares e apresentados como modelo de sucesso (ou melhor, de *boas práticas*) em fóruns de discussão nacionais e internacionais.

Em 1994, num estudo brilhante que abre as portas para um renovado interesse acadêmico sobre o tema da juventude no Brasil, a socióloga Helena Abramo demonstra com clareza que a juventude é tematizada, pelas ciências sociais, como um *problema* da sociedade moderna (ABRAMO, 1997), o que se observa tanto no âmbito da teoria funcionalista, preocupada com a integração das novas gerações à sociedade, quanto no âmbito dos estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago sobre desvio e delinquência.² De lá para cá, a representação dos jovens-*problema* tem se renovado e se alimentado de novos elementos: o desemprego crescente, a gravidez precoce, o *fracasso* escolar e, acima de tudo, para o caso brasileiro, os altos índices demográficos³ e o envolvimento com a violência. Os jovens são muitos e representam uma categoria *em risco* ou *vulnerável*.

Segundo dados do Censo demográfico de 2000, a população de jovens de 15 a 24 anos é composta de mais de 34 milhões, número que, por si só, justifica, de forma

1- Destaco em itálico os termos utilizados no sentido nativo, ou seja, interno ao campo que é objeto deste estudo.

2- Para uma síntese sobre os estudos da Escola de Chicago, cf. COULON, 1995.

3- Em 2005, a população na faixa etária entre 15 e 24 anos alcançou 35,1 milhões de pessoas, ou seja, 19% da população brasileira (fonte: IBGE).

incontestável a necessidade de políticas específicas. Além disso, nos tempos atuais, os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, desemprego, gravidez não desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte. Este quadro desperta preocupações. (UNESCO, 2004, p. 15)

As estatísticas e a mídia, geralmente em combinação, apontam com alarme o aumento do número de jovens envolvidos (como agressores ou vítimas) em casos de violência. A literatura e os debates sobre o tema, acadêmicos ou não, estão em significativo aumento. Como afirma Marília Sposito (2009, p. 12):

É sob o registro dessas violências que a esfera pública constituiu uma determinada imagem da juventude pobre, urbana, negra e masculina da sociedade brasileira [...] e, provavelmente, os esforços de controle, de contenção ou de “gestão de riscos” sejam traduzidos nos inúmeros programas e projetos a eles destinados.

A proposta que Helena Abramo e, com ela, algumas organizações não governamentais e movimentos juvenis têm formulado para se contrapor a essa imagem dos jovens-problema é expressa na ordem daquela *gramática dos direitos* (TELLES, 2001) e da construção democrática que se generalizou no Brasil nos anos 1980: considerar os jovens como *sujeitos de direitos*, como interlocutores com capacidade para expressar suas demandas e apresentar suas questões no espaço público; sujeitos cujas singularidades devem ser respeitadas e reconhecidas, cujas demandas precisam ser ouvidas e cujos direitos precisam ser efetivados por meio da formulação de uma legislação específica e de políticas públicas que os garantam (ABRAMO, 1997, 2005; INSTITUTO CIDADANIA, 2005).

Observando os múltiplos dispositivos acionados no último decênio para enfrentar a suposta *questão juvenil* no Brasil, bem como seus pressupostos analíticos, podemos afirmar que não foi essa a ideia que se impôs na pauta política e que orientou a formulação de programas sociais. Em vez disso, o contraponto da juventude-problema tem sido a ênfase na juventude como *solução*, ideia amplamente difundida no âmbito do chamado *terceiro setor* (IOSCHPE, 1997), particularmente entre as fundações empresariais e os projetos de organizações não governamentais (ONGs) financiados por elas.⁴ Os jovens seriam, nessa ótica, *parte da solução* para os problemas sociais, ou seja, suas forças, suas energias, seus desejos de transformação e até sua suposta *rebeldia* potencial podem e devem ser ativados e utilizados em prol do desenvolvimento social, da melhoria das condições de vida das *comunidades locais* e do enfrentamento dos problemas sociais, tanto no campo quanto nas cidades. O *protagonismo juvenil*⁵ é o emblema dessa representação dos jovens-solução, matriz discursiva, motivação e, tautologicamente, finalidade dos programas sociais acionados pelos governos e pelas organizações sociais (SPOSITO; CARVALHO-SILVA; SOUZA, 2006).

Ao mesmo tempo, o tema da pobreza volta a ter centralidade no discurso de organismos multilaterais e de instituições empresariais: o objetivo declarado é *combater a pobreza* e a estratégia é mobilizar, ativar a juventude, implicar os jovens para que se responsabilizem com as tarefas do desenvolvimento, das melhorias das condições de vida das *comunidades locais*. Assim, um censo realizado pelo Grupo de Institutos Fundações Empresas (GIFE) entre seus associados demonstrou que 63% dessas instituições escolheram ter como público prioritário de suas ações os jovens porque acreditam “no papel da juventude contra a replicação da pobreza”; tal motivação é a segunda em importância após

4- Para uma discussão crítica sobre a atuação das instituições empresariais na área social, cf. PAOLI, 2002.

5- Cf. GOMES DA COSTA, 2004, e, para uma análise crítica, SOUZA, 2008.

aquela relacionada aos indicadores socioeconômicos da referida faixa etária (GIFE, 2008).

Dessa forma, multiplicam-se os projetos voltados a *identificar e promover as lideranças* e a formar *jovens empreendedores* do social. Para os setores empresariais, a pobreza é provocada por comportamentos que precisam ser mudados (a expressão utilizada é *quebra do ciclo da pobreza*) por intervenções formativas dirigidas, prioritariamente, às novas gerações, já que a pobreza se reproduz, supostamente, no interior das famílias, na relação entre as gerações (FUNDAÇÃO KELLOGG, 2002). Ou seja, agir na formação dos sujeitos jovens, considerados, por definição, *sujeitos em formação*, é supostamente mais rentável e eficaz do que intervir sobre a população adulta (TOMMASI, 2005).

A socióloga Regina Magalhães de Souza, em sua tese de doutorado, fez uma crítica aguda ao discurso do *protagonismo juvenil* mostrando os antecedentes teóricos e o quadro analítico que o produz (SOUZA, 2008). Aqui, interessa-nos ressaltar como ele funciona, ou seja, como virou um conceito reiterado tanto nos programas sociais (governamentais ou privados), como nos discursos de organizações e movimentos juvenis. Ele se apoia no sentimento de *invisibilidade*⁶ e na vontade de reconhecimento no espaço público: sou protagonista, não sou somente coadjuvante. E sou protagonista enquanto sujeito jovem que se reconhece numa hipotética *comunidade juvenil*.

Protagonismo é, nos discursos, sinônimo de boa cidadania: conduzir-se segundo as normas de solidariedade, compromisso com os outros, envolvimento com as causas sociais. Ser um indivíduo ativo e responsável no âmbito da própria comunidade, dentro da qual se compartilham objetivos e um destino comum, independentemente da classe social de origem.

6- O argumento da invisibilidade dos jovens é reiterado pelo rapper MVBill, criador e gestor da CUFA (Central Única das Favelas), uma entidade que atua no campo da juventude em vários estados do país. Ele retoma um argumento elaborado pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares sobre as conexões entre miséria, invisibilidade e prática da violência (SOARES; ATHAYDE; BILL, 2005).

Este artigo é parte dos resultados de uma pesquisa que se propôs a abordar a juventude não como uma condição de vida, uma categoria analítica, um sujeito ou ator social, mas sim como um campo⁷ de intervenção que, no último decênio, tem se tornado alvo significativo de interesses e investimentos públicos e privados. Trata-se de um campo que considero paradigmático das transformações ocorridas nos últimos decênios no Brasil, na configuração e na abordagem da chamada *questão social*. Se os anos 1990 podem ser considerados os anos do ensaio de novas formas de abordar a questão, novas formas de nomear os problemas e identificar o *público-alvo*, os anos 2000 representam a consolidação de novos dispositivos de gestão. A socióloga Vera Telles fala, a esse respeito, de uma *virada dos tempos* (TELLES; CABANES, 2006). O tempo da política, ou seja, da eclosão de movimentos sociais que reivindicam direitos pautados na ideia de cidadania (SADER, 1988), reconfigura-se como tempo dos serviços: não mais criticar e reivindicar, mas sim ser propositivo e coadjuvar na implantação de serviços sociais. A política vira política pública, ou seja, acontece não fora ou *de costas* para o Estado (EVERS, 1984), mas sim na *moldura* do Estado; esta, por sua vez, realiza-se por meio de projetos, alguns emergenciais, outros permanentes, mas sempre circunscritos e focalizados, projetos que não se enquadram no desenho de uma política universal e estrutural. Os financiamentos privados são mais significativos, sobretudo no que diz respeito a projetos exemplares, que pretendem virar referência para a formulação de políticas públicas. Uma nova gramática orienta as intervenções sociais, centrada agora nas fórmulas do *empoderamento* (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007) das populações alvo das ações, do *empreendedorismo social* (cf. BORNSTEIN, 2005) e do *protagonismo juvenil*.

7- Um campo é, no sentido figurado, uma área de conhecimento, mas é também um território delimitado, habitado por pessoas, instituições, dispositivos; um campo de relações, de práticas e interesses em disputa (BOURDIEU, 1992).

A pesquisa previa a realização de entrevistas temáticas (ALBERTI, 2005) com alguns jovens inseridos – como participantes, educadores, articuladores – em projetos sociais realizados por ONGs que se beneficiaram dos financiamentos de uma fundação empresarial entre os anos 2002 e 2005, em alguns estados do Nordeste. Por meio das narrativas, procuramos reconstruir as trajetórias desses jovens *de projeto* (SOBRINHO, 2012) antes, durante e depois de seu envolvimento nos projetos. A ideia era indagar sobre os atritos e pontos de fricção presentes nessas trajetórias. Outro recurso metodológico foi a análise de documentos oficiais, de relatórios sobre o andamento dos projetos, para situar os acontecimentos relatados e confrontar os relatos dos jovens com o ponto de vista dos proponentes a respeito de suas intervenções.

Este artigo aborda especificamente a trajetória de três jovens – aqui denominados Leo, Dorival e Francisco⁸ – moradores de uma pequena cidade (aproximadamente 25.000 habitantes) do interior. Suas trajetórias de vida se cruzam quando os três participam de um projeto social de uma importante fundação empresarial muito atuante na região, com o objetivo expresso de *contribuir para o desenvolvimento sustentável* daquelas localidades por meio, especificamente, da formação de jovens e da criação de cooperativas de produtores.

Considero a história deles exemplar da forma como projetos sociais voltados ao público jovem atuam, tanto pela relação que se estabelece entre os jovens *público-alvo* e os promotores das iniciativas, quanto pela forma como os projetos se desenvolvem e os *princípios* e *objetivos* são concretizados. A parábola do envolvimento de jovens em projetos sociais segue, com frequência, uma mesma dinâmica: primeiro vem a aproximação e a *conquista*; depois, o chamado a assumir responsabilidades (na forma, geralmente, da elaboração de um projeto para pleitear um financiamento e/ou da

8- Os nomes são fictícios. Para preservar sua identidade, evito mencionar e caracterizar em detalhe a localidade e as entidades que ali atuam. Pelo mesmo motivo, não cito os documentos oficiais das organizações envolvidas.

criação de uma entidade⁹); por fim, o desligamento, mais ou menos traumático.

Quando convivi com eles, na época em que coordenava um projeto de intervenção com jovens na Região Nordeste, entre 2002 e 2005, chamava-me muito a atenção a ousadia com a qual enfrentavam os *tubarões* da região e a convicção com que acreditavam que poderiam conquistar sua autonomia e trilhar seus caminhos independentemente dos poderosos locais. Era também paradigmático o fato de que eles tinham sido acusados, pelos coordenadores do projeto, de sofrerem de *super autoestima*. Trata-se de uma acusação paradoxal, já que é muito comum encontrar nos projetos sociais dirigidos a jovens o objetivo expresso de *levantar a autoestima* do público-alvo, pois supostamente a baixa autoestima seria a causa das dificuldades encontradas em seu processo de *inserção social*.¹⁰

O discurso que circulava no campo pregava o *protagonismo juvenil* como finalidade e meio da atuação de projetos e entidades. Vejamos algumas formulações sobre o tema:

É com satisfação que vemos, neste momento, a juventude se tornar destaque dos investimentos sociais privados, como indica o Censo GIFE Juventude 2007-2008. Tal resultado confirma nossa visão de promover a população jovem ao protagonismo de ações sociais para seu próprio desenvolvimento e inserção no mundo do trabalho [...]. Conceber a juventude como fonte de iniciativa, de liberdade e de compromisso, torná-la parte da solução, e não dos problemas, para o desenvolvimento social e humano do país. (GIFE, 2008, p. 9)

A partir de uma concepção inovadora baseada na visão ampliada de empreendedorismo juvenil, o Jovens Escolhas busca

9- São inúmeras as entidades que desenvolvem cursos de elaboração de projetos com jovens. Como referência, citamos o mais antigo, o Programa Aprendiz Comgas (<www.aprendizcomgas.com.br>), e um dos mais recentes, a Agência de Redes para Juventude (<agenciarij.org>)

10- Para uma análise crítica sobre os projetos sociais dirigidos a jovens, cf. SPOSITO; CARVALHO-SILVA; SOUZA, 2005, e SPOSITO, 2007.

contribuir para a formação de jovens com uma atitude básica empreendedora diante da vida, ajudando-os a transformar sonhos e visões em realidades. (INSTITUTO CREDICARD, 2005, p. 12)

Nos projetos apoiados pela Fundação, estimula-se a participação do jovem como sujeito ativo, co-autor, agente multiplicador e promotor de ações sociais. Protagonistas de seus destinos, estes jovens constituirão uma nova geração educada, saudável e estruturada para a vida produtiva, promovendo, de forma contínua, o seu autodesenvolvimento.

A decisão de fazer com o jovem e não para o jovem, entendendo-o como parte da solução e não como problema, foi posteriormente conceituada, sistematizada e denominada Protagonismo Juvenil, filosofia formativa que hoje é um patrimônio do Terceiro Setor.¹¹

O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] A sociedade ganha em democracia e em capacidade de enfrentar e resolver problemas que a desafiam. A energia, a generosidade, a força empreendedora e o potencial criativo dos jovens é uma imensa riqueza, um imenso patrimônio que o Brasil ainda não aprendeu a utilizar da maneira devida. (GOMES DA COSTA, 2004)

O último trecho citado é de autoria daquele que pode ser considerado o difusor da ideia de *protagonismo juvenil* no Brasil, ou seja, Antonio Carlos Gomes da Costa, consultor e idealizador de muitos projetos implementados

11- Disponível em: <<http://www.fundacaoodebrecht.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

por fundações empresariais; divulgador, entre nós, de conceitos e paradigmas teóricos elaborados no exterior, especificamente no âmbito das agências das Nações Unidas.¹² Suas afirmações, portanto, ressoaram com o manto da legitimidade outorgada pela referência ao discurso dos organismos internacionais.

Leo, Dorival e Francisco se envolveram na criação de uma OSCIP (Organização Social de Interesse Público, uma figura jurídica criada no âmbito da reforma administrativa promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para facilitar o estabelecimento de *parcerias* entre o setor público e o privado) que tinha como objetivo atuar especificamente na área da juventude. A presença deles como principais articuladores da instituição era parte do dispositivo de legitimação da entidade, já que esta seria, assim, uma instituição *de jovens, com jovens e para jovens*.¹³

As trajetórias

As origens sociais dos três jovens são distintas. Dorival nasceu numa comunidade ribeirinha de 300 habitantes, onde o pai fazia pão. Leo viveu sua infância nas casas que os trabalhadores de uma fazenda de silvicultura (de propriedade de uma grande multinacional) ocupavam. Francisco nasceu na cidade, mas a família numerosa, com 11 filhos, também chegou de uma comunidade ribeirinha, onde o pai era pescador; quando os filhos cresceram, a família se mudou para a cidade em busca de mais oportunidades educacionais e os pais viraram feirantes.

Diferente é também a herança cultural que eles receberam da família com relação ao engajamento político e social. Após ser demitido da fazenda, no final dos anos 1980, o pai de Leo foi morar com a família na cidade, onde

teve uma trajetória ocupacional ligada ao governo local, chegando a ocupar um cargo político na prefeitura. Assim, Leo se lembra de quando, ainda criança, subia no palanque dos comícios com o pai. Seu atual envolvimento na política local (foi candidato a prefeito nas últimas eleições municipais) pode ser considerado, pelo menos em parte, uma herança familiar.

O pai de Dorival, católico, era engajado nas questões sociais da comunidade; por isso, na opinião do filho, “a gente já tinha essa predisposição para trabalhar o coletivo, para trabalhar algo que fosse para melhorar a comunidade”.

De modo distinto, Francisco começou sua trajetória de engajamento na fanfarra do colégio onde estudava e também na Igreja católica, da qual ele e os irmãos participavam ativamente.

A inserção deles nos projetos da Fundação também foi significativamente diferente: enquanto Dorival e Francisco participaram inicialmente como *público-alvo*, Leo já começou como profissional: formado como técnico de administração na única escola de segundo grau da cidade, uma escola privada onde ganhou uma bolsa, e conhecido na cidade por suas habilidades para lidar com computadores, foi contratado para ser assistente num projeto de formação de *jovens empreendedores* coordenado por uma ONG local ligada à Fundação.

Essa oferta de trabalho chegou de surpresa, quando ele estava a ponto de se mudar para a capital do Estado a fim de estudar e trabalhar. Escolheu ficar na região, seduzido pela ideia de trabalhar para convencer os jovens a “realizar seu potencial na região”, em vez de migrar para a cidade, que era um dos objetivos do projeto. Mas também a ideia de morar na cidade grande não era muito sedutora para ele, crescido na roça e morador de uma cidade pequena onde “todo mundo se conhece”.

Pelo projeto, acompanhava as oficinas de formação de jovens *empreendedores* em quatro cidades da região; depois da fase formativa, tratava-se de apoiar os jovens que, supostamente, deviam criar suas empresas. Mas o projeto

12- Em particular, do chamado *informe Delors* que sistematiza as recomendações da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, criada pela UNESCO no começo dos anos 1990.

13- *De, com, para a juventude* é o subtítulo de um livro publicado pela UNESCO, instituição que teve um papel significativo, no Brasil, na configuração do campo de intervenção constituído ao redor da temática da juventude (UNESCO, 2004; CASTRO, 2006; SPOSITO 2007).

inesperadamente parou, devido aos conflitos entre a ONG local e a Fundação. Decepcionado, Leo tentou dar continuidade ao trabalho junto aos jovens. Foi nesse momento que começou a circular entre eles a ideia de que tinham que se organizar de forma autônoma. Entre os jovens aspirantes empreendedores estava Francisco. Dorival, na época, participava de outro projeto da ONG, voltado a conhecer as *potencialidades* da região.

Nas palavras de Francisco, o objetivo dos projetos que a Fundação desenvolvia com os jovens era: “formar uma massa crítica de adolescentes protagonistas para influenciar mudanças positivas em suas comunidades”. Os diversos projetos que a entidade organizava na região eram voltados a fomentar (e controlar) as atividades econômicas locais. De fato, para os jovens da região, os projetos desenvolvidos pelas ONGs parceiras da Fundação representavam (e ainda representam) uma oportunidade significativa para ter acesso a experiências e recursos formativos e, assim, “ampliar o horizonte de possibilidades” (NOVAES, 2006), objetivo expresso por muitos projetos sociais. Os três jovens conseguiram, graças também ao apoio que receberam na época em que eram engajados nos projetos da Fundação (e também ao esforço familiar) ter acesso e terminar o ensino superior. Constituíram, assim, a primeira geração de suas famílias a ter essa oportunidade.

Os três *vestiram a camisa* (como se diz no jargão das ONGs) dos projetos tão bem, que o trabalho deles chamou a atenção dos gestores. Como jovens egressos dos projetos apoiados pela Fundação, foram chamados pela instituição a atuarem como *peixinhos*, ou seja, aprendizes de algum *tubarão*: “sempre junto de um tubarão tem aqueles peixinhos, porque sempre que o tubarão come solta aqueles pedacinhos e os peixinhos vão lá e comem”, explicou-me um deles, falando dos propósitos expressos pelos idealizadores da proposta. Concretamente, tratava-se de acompanhar as atividades desenvolvidas pelos coordenadores dos projetos, para aprender com eles. Relata Leo:

[...] a gente tinha sido desafiado, provocado: precisa fazer algo diferente. Naquele momento, a oportunidade que a gente tinha de trabalhar, de fazer alguma coisa para tentar mudar [a realidade da região] era com os projetos que a própria Fundação dava condição. A gente sozinhos não sabia como captar recursos... Então, nosso mundo era aquilo ali.

Na qualidade de *peixinhos*, recebiam uma bolsa equivalente a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo da época. Foi nesse momento que começaram a perceber que, de fato, estavam trabalhando como profissionais. “É claro que você trabalhando aprende, mas você gastava mais tempo fazendo as atividades do dia a dia do que aprendendo, vendo como cada um fazia as coisas”, conta Leo. Hoje, a leitura que fazem é de que estavam sendo usados como mão de obra barata, percepção muitas vezes expressa por jovens envolvidos em projetos sociais (TOMMASI, 2012). Enquanto os *tubarões* ganhavam 3, 4 ou 5 mil reais, eles ganhavam só uma bolsa de pouco valor, ou seja, 60 reais mensais.

A gestão da entidade

A criação de uma entidade voltada especificamente à realização de atividades com jovens foi o acontecimento crítico, foco principal da discórdia com os *tubarões*.

Os três jovens narram que a coordenadora do projeto do qual participavam, durante um passeio turístico organizado para comemorar um final de ano, provocou-os: “chegou a hora de vocês fazerem mais para a região, de retribuir todo o esforço e os recursos que foram investidos na formação de vocês. Pensem em como fazer isso”. Era um convite a se responsabilizarem para contribuir mais ativamente com o *desenvolvimento* de sua região. Durante as atividades seguintes, surgiu a proposta de criar uma entidade que atuasse especificamente com jovens. Acreditavam ter sido os artífices da proposta, mas, sucessivamente, descobriram

que a criação da entidade já estava nos planos da organização há muito tempo, o que provocou neles o sentimento de terem sido *manipulados*.

De fato, a forma de atuação da Fundação na região é justamente via o fomento para a criação de ONGs locais, financiadas e controladas por ela. Dessa forma, a entidade empresarial controla e administra o território não somente por meio de empreendimentos econômicos, mas também de ações sociais. Não é objetivo deste trabalho analisar a forma de atuação da entidade na região. É suficiente mencionar que se trata de uma das maiores (e internacionalmente bem-sucedidas) empresas do país, que desenvolveu uma *filosofia de vida* (como seus donos gostam de definir o que outros chamam de *cultura organizacional*) própria, que orienta todas as atividades e define valores e atitudes a serem seguidos e perseguidos pelos trabalhadores. Assim, entre os planos da Fundação estava o de criar, na região, uma entidade que se ocupasse especificamente do trabalho com jovens, para poder captar os recursos (bastante significativos) que, naquela época, diversos organismos (estatais e não) destinavam para o financiamento de projetos dirigidos a essa faixa da população.¹⁴

Hoje, meus interlocutores acreditam que foram induzidos a assumirem como proposta e, mais ainda, como um *sonho* próprio o que já estava planejado, uma vez que a criação de entidades que atuem em prol do *desenvolvimento local* é uma estratégia central da organização empresarial em questão.

Relata Francisco (num texto em que reflete, 10 anos depois, sobre a experiência vivida) que a coordenadora do projeto, a fim de captar recursos, identificou maior eficácia na relação direta entre investidores e beneficiários das intervenções: “ela dizia que os peixinhos melhor que ninguém conseguiam tocar nos corações daqueles que tinham recursos para destinar aos projetos”.

14- Para citar somente alguns: os programas *Nossa Primeira Terra* e *Consórcio Social da Juventude*, no nível federal; entre os estatais, a Petrobras e o BNDS são fontes de financiamentos importantes nessa área.

O que estava em jogo, no final das contas, era o controle da entidade, a possibilidade de os jovens atuarem autonomamente. Vale ressaltar que a *conquista da autonomia* era, na época, um tema recorrente nas diversas discussões que pautavam o campo. Narra Leo:

[...] a gente começou a ver que, durante a constituição da entidade, eram sempre os jovens que estavam à frente de tudo, de dizer como era e como não era. A partir do momento em que fundou a entidade, que teve CNPJ, tudo direitinho, começou a se organizar uma estrutura em que os jovens não tomavam mais as decisões da instituição. Quem as tomava era quem estava à frente da coordenação da ONG. A gente começou a entender que estava ali para legitimar um processo no qual não íamos tomar mais decisões.

Essa percepção era comum a muitos jovens envolvidos em projetos sociais: eles podiam virar *protagonistas*, mas de ações definidas por outros (TOMMASI, 2005).

O conflito: os peixinhos enfrentam os tubarões

Os termos *tubarões* e *peixinhos*, presentes no título deste artigo, fazem referência a um projeto do qual os três jovens participaram e em que deviam atuar como *peixinhos*, ou seja, aprendizes de algum *tubarão*: o peixinho é aquele que acompanha o tubarão e se alimenta dos restos por ele deixados, aproveitando-se de sua sabedoria de caça. Mas a metáfora é útil, também, para qualificar as relações desses jovens com as entidades atuantes na região. Os jovens peixinhos ousaram enfrentar e desafiar os tubarões. A batalha, extremamente desigual, era evidentemente votada ao fracasso, mas os peixinhos tinham acreditado tanto nas palavras de ordem dos projetos nos quais tinham se formado, que se sentiam suficientemente *empoderados* para desafiar e ganharem a luta

contra os tubarões. Tinham levado muito a sério o papel de *jovens protagonistas*: denunciando os abusos e as armadilhas da coordenação do projeto, defendiam sua autonomia e sua competência (outras palavras de ordem aprendidas durante a formação recebida) na condução da entidade.

Os conflitos nos quais se envolveram tinham duas frentes. Por um lado, tomaram partido nas disputas entre a Fundação e os coordenadores da entidade local, responsável pela realização dos projetos da Fundação na região: “Fomos provocados a bater de frente com a Fundação”, conta Dorival, referindo-se ao grupo que tinha interesses políticos (e financeiros) próprios na região, composto de profissionais que conheciam bem o mercado dos financiamentos sociais (e que tinham, também, os apoios políticos necessários). Por outro lado, confrontaram duramente esses mesmos coordenadores a fim de assumirem o controle da organização que estava sendo gestada.

Quando finalmente conseguiram assumir o controle da entidade, elaboraram muitos projetos, mas, mesmo sendo elogiados pelos possíveis financiadores, nunca conseguiram financiamentos. Evidentemente, o mercado do social não permite a atuação de *peixinhos*, ainda mais quando estes ousam enfrentar interesses econômicos hegemônicos.

Eles se envolveram de tal forma nas disputas, que hoje percebem que elas tinham se tornado o motivo principal de sua atuação, e não o meio para conquistarem a autonomia necessária para realizarem as ações da forma como entendiam. Segundo Francisco, o objetivo principal tinha sido redirecionado:

Nós acabamos mudando a missão ao longo do tempo. Nossa missão era trabalhar com jovens, trabalhar sobre essa questão do fortalecimento do movimento juvenil, da construção política e de se envolver aqui na região... Só que meio que se perdeu por conta dessa briga, então nossa missão era construir autonomia em relação a essas

pessoas, se libertar delas. Quando a gente conseguiu, é meio que: e agora, o que a gente faz?

Trabalhavam durante a noite, para não serem descobertos pelos coordenadores, planejando ações e táticas na lógica da guerra contra os *tubarões*. No percurso, muitos jovens acabaram se afastando: dos 11 jovens que inicialmente tinham se envolvido na criação da entidade, ficaram somente os três. A disputa com os coordenadores acabou na justiça, e um deles ainda deve responder ao processo que os *tubarões* moveram contra ele para, em sua opinião, *desestabilizar*. Mesmo entre os três, tão amigos e parceiros por algum tempo, as relações ficaram abaladas. Conta Leo:

Durante esse processo, se gastou muita energia com essa disputa toda. [...] hoje, quando eu paro, talvez o caminho mais adequado teria sido sair todo mundo e montar outra instituição, porque era uma coisa nova e a gente podia gastar energia naquilo. Construir algo, não disputar algo.

A leitura que fazem hoje daquele processo é crítica em relação às suas próprias atuações. Mas será que se tratou simplesmente de um erro de cálculo, de um desvio da *missão*? Será que, naquela região, é possível a existência de uma instituição que não seja controlada pelos poderosos locais? Será que alguns jovens de baixa extração social podem desafiar os planos econômicos e políticos de quem controla os recursos, materiais e simbólicos, na sociedade? Não parece ser essa a conclusão à qual se chega olhando, inclusive, para as trajetórias desses jovens, que, para conseguirem uma inserção profissional, tiveram que sucessivamente aceitar as ofertas de trabalho daqueles que antes tinham combatido.

Os jovens questionavam as formas de atuação, a manipulação da qual se sentiam objeto por parte dos coordenadores locais; na opinião deles, queriam conquistar autonomia, promover a atuação de grupos juvenis e

influenciar a elaboração de políticas públicas que concretizassem os direitos desse segmento populacional. De fato, ousavam questionar os mecanismos com os quais, tradicionalmente na região, um grupo econômico e político mantém sua hegemonia.

O desfecho

Sem dúvida, para esses jovens, o engajamento em projetos sociais representou uma *abertura de oportunidades*. Eles terminaram o 3º grau e hoje trabalham como profissionais da área. Considerando-se a pobreza da região, seu sucesso profissional é inquestionável.

É este, inclusive, um dos pontos que Francisco ressalta em seu relato: a oportunidade profissional como motivadora do engajamento em projetos sociais. O acesso a um *emprego formal* é, para ele, a motivação que explica o porquê de ele ter aceito atuar como *peixinho*. Formalização aparente, porque efetivamente não tinham nenhuma garantia no emprego: trabalhavam sem carteira assinada e sem contrato, ganhando somente uma *bolsa*.

Do ponto de vista da Fundação, não há dúvida de que a formação que eles receberam foi bem-sucedida. As competências que desenvolveram hoje são oportunamente utilizadas pela instituição, que contratou a grande maioria dos integrantes do grupo (9 dos 11 jovens). Pode-se dizer, portanto, que a Fundação teve sucesso no propósito de formar e cooptar profissionais da região.

Hoje, Dorival e Francisco são quadros da Fundação. Trabalham na sede central, na capital do Estado. Assimilaram parte do jargão da instituição; por exemplo, a assunção de novas tarefas ou de novos postos de trabalho é indicada pela expressão *recebi o desafio de...* As tarefas são desafios a serem enfrentados, estimulando, assim, cada um a dar o melhor de si para mostrar estar à altura do desafio proposto. Às vezes, eles são apontados como ex-jovens rebeldes, como “as pessoas cujo orgulho foi dobrado” (conta Leo) ou como “ex-meninos de

rua” (relata Francisco), ou seja, jovens que *deram certo* graças aos programas da Fundação.

A empresa segue seus interesses na região. Entre outros, há o de construir um grande empreendimento, uma infraestrutura que terá um impacto ambiental significativo. Dorival conta que já fez passeatas e colocou faixas para se manifestar contra esse projeto. Mas como hoje ele é do quadro da instituição, fica difícil protestar. Não somente a rebeldia deles foi domada, como seu talento, sua perseverança e sua seriedade no trabalho estão a serviço da empresa.

Muito realisticamente, Dorival acredita que o movimento social não tem *balas na agulha* para alcançar seus objetivos. Enquanto a empresa, se alguma ação fracassa, sempre consegue assumir as consequências, “eles podem se permitir bancar todas as ações sociais e econômicas que não derem certo”.

Francisco comenta com mais amargura o constrangimento pelo qual passa a cada vez que alguém, no trabalho, faz alguma alusão ao seu passado de *jovem rebelde* que ousou desafiar os atuais empregadores. Quando pergunto por que, na opinião dele, foi contratado pela Fundação apesar dos conflitos nos quais se envolveu no passado, ele responde, irônico: “eu acho que é para mostrar, para algumas pessoas da região, que conseguiram: olha, falavam tanto do nosso trabalho mas agora estão com a gente”.

Leo ainda pretende lutar contra o domínio dos poderosos da região, com as armas tradicionais da política instituída: entrou num partido e disputou um cargo no executivo municipal.

O que ficou, para eles, de toda aquela época de mobilização em prol dos *direitos da juventude*? Na opinião dos três, as aprendizagens foram muitas, em particular no que diz respeito à capacidade de organização e atuação política, mas também houve muitas expectativas frustradas, muita amargura. Aliás, o tom é muito mais de amargura do que saudoso quando falam da época em que tentaram se organizar autonomamente. Há um evidente contraste entre a motivação expressa por Francisco para

trabalhar na área social – ou seja, “a possibilidade de alterar ou de contribuir para alterar alguns cenários negativos” – e sua percepção atual sobre o meio no qual trabalha: “as pessoas estão vendo o terceiro setor como um negócio lucrativo, onde você pode ser bem remunerado. Muitos jovens querem entrar para se dar bem”.

Ilusões juvenis e desencanto na idade adulta? Parece-me que a leitura a ser feita deve ir além da questão geracional.

Francisco tem a percepção de que as mudanças de comportamento provocadas pela incorporação da *filosofia de vida* da empresa são bastante significativas: “Nas gerações mais jovens, o impacto é mais avassalador. [...] pensa você passar três anos tendo quatro horas/aula por mês falando só sobre isso”. Em seu relato, ele escreve: “Era incrível ver como facilmente centenas de jovens e educadores assimilavam velozmente o discurso, cujo reflexo era percebido na mudança de atitudes e comportamentos”. Formação que modela condutas, que configura subjetividades.

Num texto intitulado *Administrando indivíduos empreendedores*, o sociólogo inglês Nikolas Rose discute a conformação da *subjetividade empreendedora* como uma tecnologia de poder, fazendo referência à concepção de poder elaborada por Michel Foucault. Geralmente, pensamos o poder em termos de dominação, coerção, negação da subjetividade. Ao contrário, Foucault (1987) concebe o poder em termos produtivos, “não como uma negação da vitalidade e das capacidades dos indivíduos, mas como a criação, modelagem e utilização dos seres humanos *como* sujeitos” (ROSE, 2011, p. 211). A subjetividade se torna, assim, objeto, alvo e recurso de determinadas estratégias e procedimentos de regulação, de condução das condutas, no âmbito do que Foucault chama de governamentalidade (FOUCAULT, 2008), uma forma de governo que tem como sujeito e objeto a população, ou seja, um governo que se realiza não sobre, mas *através* da população. Essa *arte de governar* age sobre o meio, dispondo as coisas para maximizar os elementos positivos e minimizar os riscos.

Governar significa “agir de maneira a estruturar o campo de ação possível dos outros” (FOUCAULT apud PROCACCI, 1993, p. 19). Rose (2011, p. 27) comenta:

As novas formas de governo que vem sendo inventadas nas nações ‘pós Estado do Bem-estar social, no final do século XX, vieram a depender da instrumentalização das capacidades e propriedades dos sujeitos de governo e, portanto, não podem ser compreendidas sem que abordemos esses novos modos de entender e agir sobre nós mesmos e sobre outros como selfs ‘livres para escolher’.

Os indivíduos contemporâneos são incitados a viver como se fossem projetos, a tornar-se, cada um, um empresário de si mesmo. No âmbito da racionalidade neoliberal, a autonomia do self é, ao mesmo tempo, o objetivo e o instrumento das estratégias de governo. “Governar em um meio de democracia liberal significa governar *por meio* da liberdade e das aspirações dos sujeitos, e não governar apesar destes” (ROSE, 2011, p. 216).

Seres humanos devem interpretar seu passado e sonhar seu futuro como resultados de escolhas pessoais já feitas ou a fazer, isto, porém, dentro de uma estreita gama de possibilidades cujas restrições são difíceis de discernir, já que elas formam o horizonte do que é pensável. (ROSE, 2011, p. 32)

Os relatos dos meus interlocutores são testemunhos da forma como projetos sociais em prol do *desenvolvimento local* representam a ocasião para perpetuar e reforçar o jogo dos interesses econômicos dominados pelos *tubarões*. Mas o que interessa salientar nesses processos é o deslocamento das tecnologias de poder, que não operam por meio da imposição autoritária que domina via coerção (o que Foucault chama de poder soberano), nem somente pela definição de normas de conduta e sanções disciplinares

(FOUCAULT, 2008). As populações locais, especificamente os jovens, são implicadas nesses processos. Em nome de um suposto *protagonismo* e de um suposto *desenvolvimento* da juventude, eles são estimulados a terem uma *atitude pró-ativa* que, supostamente, deveria *empoderá-los* e torná-los *protagonistas*. As tecnologias de governo operam a distância, dispondo as coisas, agindo por meio do livre envolvimento dos indivíduos, oferecendo *oportunidades*.

“Nós queríamos trabalhar com o fortalecimento de grupos juvenis, trabalhar com a formação política”, conta Francisco. Dessa forma, ele expressa seus objetivos na ordem daquela *gramática dos direitos* e da construção democrática da qual falamos anteriormente, que estava na pauta política no Brasil até o começo dos anos 1990. Em vez disso, a gramática expressa nos projetos sociais dos quais eles eram público-alvo e também operadores se declinava por meio de termos como *protagonismo*, *empoderamento*, *desafios*, *competências*, que dizem respeito a outra matriz discursiva (SADER, 1988), outra racionalidade: a implicação dos indivíduos na busca pela solução de seus problemas, a responsabilização individual no interior de uma suposta *comunidade*, no âmbito de determinado *território*; o planejamento de ações que possam ser mensuráveis, quantificáveis, na busca de maiores eficácia e eficiência, calculáveis em termos de seus custos/benefícios; a *focalização* das intervenções sociais num *público-alvo* delimitado pela medição de sua *vulnerabilidade*, que o define estatisticamente como *categoria de risco* (CUNHA, 2012); o estabelecimento de *parcerias* entre o setor público e o privado (VIANNA, 2010); por fim, a de-socialização dos territórios de governo, seu esfacelamento em *comunidades* (ROSE, 1996) e o aparecimento de um *social de competição* (DONZELOT, 2008).

Dois estratégias aparecem como centrais nessa nova configuração das tecnologias de governo: a territorialização das ações e a responsabilização dos operadores nativos.¹⁵ São

15- Estratégias que queremos seguir problematizando em nossas futuras indagações, haja vista a centralidade delas no âmbito das atuais políticas

estas as estratégias por meio das quais opera a racionalidade neoliberal no âmbito dos projetos sociais. Tais dispositivos funcionam via uma malha de operadores que atuam como *mediadores*, *educadores*, *gestores*, recrutados entre os moradores locais. Os *beneficiários* se tornam operadores e, dessa forma, são implicados e responsabilizados na busca de *soluções* para seus problemas. A eficácia, a eficiência e a economia das ações é garantida por meio da focalização territorial e do engajamento ativo da população local, em particular dos jovens, que colocam à disposição suas capacidades, suas habilidades e seus conhecimentos *nativos* de forma livre. A ancoragem territorial das intervenções sociais é parte fundamental da estratégia, no quadro de uma mais ampla intervenção no território que diz respeito tanto à infraestrutura e à organização do espaço, quanto à gestão política e econômica. A gestão do segmento populacional jovem, considerado *de risco*, acontece no âmbito do território, ativando, desbloqueando, incentivando suas capacidades, para que os jovens se tornem *empreendedores* do social.

O vocabulário do empreendedorismo une a retórica política e os programas regulatórios às capacidades de “autodireção” das pessoas. [...] Refere-se a uma série de regras para a conduta da existência diária de uma pessoa: energia, iniciativa, ambição, cálculo e responsabilidade pessoal. O self empreendedor fará da sua vida um empreendimento, procurando maximizar seu próprio capital humano, projetando seu futuro e buscando se moldar a fim de se tornar aquilo que deseja ser. [...] O empreendedorismo designa uma forma de governo que é intrinsecamente “ética”: o bom governo deve ser baseado nas maneiras pelas quais as pessoas governam a si próprias. (ROSE, 2011, p. 215)

governamentais. *Territórios da paz e Territórios da cidadania* são alguns nomes de programas sociais atualmente desenvolvidos pelo governo federal (Cf. <www.territoriosdacidadania.gov.br>; <www.mj.gov.br>).

Referências

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, 1997.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W.; VENTURI, Gustavo; BRANCO, Pedro Paulo. **Retrato da juventude brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BORNSTEIN, David. **Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas ideias**. São Paulo: Record, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

CUNHA, Márcia Pereira. **Do planejamento a ação focalizada: Ipea e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DONZELOT, Jacques. Le social de compétition. **ESPRIT**, p. 51-77, nov. 2008.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, n. 4, p.11-23, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDAÇÃO KELLOGG. **As novas direções da programação estratégica**. 2002. Mimeografado.

GIFE (Grupo de Institutos Fundações Empresas). **Censo GIFE juventude**. São Paulo, 2008.

GOMES DA COSTA, Antonio. Carlos. **Protagonismo juvenil: o que é e como praticá-lo**. 2004. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/article/static/394>>. Acesso em: 15 set. 2012.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Gisell (2007). Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 25 maio 2013.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude: documento de conclusão**. São Paulo, 2005.

INSTITUTO CREDICARD. **Jovens escolhas em rede como o futuro**. São Paulo: Umbigo do Mundo, 2005.

IOSCHPE, Evelyn (Coord.) **Terceiro setor: desenvolvimento sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: GIFE, 1997.

CASTRO, João Paulo Macedo e. **UNESCO: educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.

MELUCCI, Alberto. **L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse**. Bologna: Il Mulino, 2001.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

PAOLI, Maria Celia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 373-418.

- PROCACCI, Giovanna. **Gouverner la misère**: la question social en France. Paris: Seuil, 1993.
- ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. **Economy and Society**, v. 25, n. 3, p. 327-356, 1996.
- _____. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SADER, Emir. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Luiz Eduardo; ATHAYDE, Celso; BILL, M. V. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOBRINHO, André Luiz da Silva. **“Jovens de projetos” das ONGs**: de público alvo a trabalhadores do “social”. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007.
- _____. (Org.). **Estudo sobre jovens na pós-graduação**: um balanço da produção discente em educação, serviço social e ciências sociais (1999-2006). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; SOUZA, Nilson Alves de. Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 238-257, 2006.
- TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- TELLES, Vera; CABANES, Robert (Orgs.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TOMMASI, Livia de. Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não governamentais brasileiras. **Revista de Estudos Sobre Juventud-JOVENes**, v. 9, n. 22, ene./jun. 2005.
- _____. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 5, n. 1, p. 101-129, 2012.
- UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.
- VIANNA, Catarina. **Os enleios da tarrafa**: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Recebido em: 17.01.13

Aprovado em: 07.06.13

Livia De Tommasi é doutora em sociologia e trabalhou durante mais de 20 anos em projetos sociais de organismos internacionais e ONGs, no Brasil e no exterior. Autora de diversos artigos e organizadora do livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais* (6ª edição, Cortez, 2009). Professora adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói).